

Conselho de Reagan ao Brasil: exportar mais.

É isto o que diz um relatório que o governo Reagan enviou ao Congresso. Por A. M. Pimenta Neves, nosso correspondente em Washington.

A chave da solução do problema da dívida externa de países como o Brasil e o México reside no aumento das suas exportações, porque suas importações já caíram consideravelmente no último ano, deixando pouco espaço para novos cortes.

A observação consta do relatório econômico que o presidente Ronald Reagan enviou ao Congresso no último dia 2. O trabalho é de autoria do conselho de assessores econômicos da presidência, chefiado pelo dr. Martin Feldstein, ex-professor da Harvard e ex-presidente do National Bureau Economic Research.

A situação da dívida dos países em desenvolvimento coloca dois problemas para a economia mundial, diz o estudo. Embora bastante improvável, a falha em resolver a situação de maneira ordeira poderia criar graves dificuldades para o mercado financeiro. O que é mais provável, contudo, é uma situação de austeridade forçada nos países endividados, com efeitos adversos no comércio e na produção mundiais, o que já está acontecendo de maneira acentuada.

Os riscos para o mercado resultam da possibilidade de que os países devedores não possam viver dentro dos seus novos limites financeiros. A recusa dos bancos de emprestar tanto como no passado recente, significa que esses países terão de cortar suas importações ou expandir suas exportações. Os grandes devedores certamente teriam de atingir superávits substanciais a despeito da deprimida demanda por suas exportações. A relutância dos bancos advém exatamente da falta de confiança na capacidade desses países de ajustar suas economias.

— A medida que os países em desenvolvimento voltem a crescer, tenderão a importar mais e precisarão exportar mais para pagar pelas importações — diz o relatório. — Eles não serão capazes de fazer isso se os países industrializados, inclusive os Estados Unidos, instituírem novas medidas protecionistas.

Protecionismo

Fortes pressões protecionistas são previstas pelo documento. "Os líderes nos países industrializados precisam compreender que fechar as portas para o mundo em desenvolvimento não somente produzirá os custos habituais da proteção — preços mais altos para os consumidores e empregos perdidos nos setores não protegidos —, mas também ameaçará a estabilidade básica do sistema financeiro internacional."

O problema dos países em desenvolvimento não é insolúvel, diz o estudo. Se a economia mundial voltar a crescer e a taxa real de juros descer aos patamares históricos, a carga da dívida se tornará muito mais tolerável. "O México e o Brasil, que estão entre os países que mais devem, têm dívidas bem menores do que a metade de seu PNB (Produto Nacional Bruto). Com a taxa de juros historicamente típica ao nível de 2%, a carga real do serviço da dívida cairia para menos de 1% do PNB — um nível totalmente administrável numa economia em crescimento."

Os países devedores e seus grandes credores, assinala o estudo, partilham de um grande interesse na resolução ordeira do problema da dívida. Para que esses países continuem tendo acesso aos mercados de capitais e de exportação é essencial que conservem sua boa reputação financeira. Ao mes-

mo tempo, os bancos percebem que exigir um ressarcimento muito rápido da dívida poderia tornar-se contraproducente e "provavelmente estão dispostos a prover suficiente financiamento a fim de que os países devedores possam mais facilmente controlar o aperto financeiro".

— Embora os bancos se encontrem numa situação semelhante à do "dilema do prisioneiro", na qual nenhum banco desejaria emprestar se acreditar que os empréstimos serão usados apenas para pagar outros bancos, esse problema não deve ser insolúvel. A comunidade bancária deveria ser capaz de trabalhar com o Fundo Monetário Internacional na negociação de acordos que combinem um grau adequado de novos empréstimos aos países devedores com planos realistas de ajustamento econômico".

Segurança

O estudo considera que "talvez a salvaguarda mais importante contra uma crise financeira" seja a rede de segurança que os governos e bancos centrais dos principais países industrializados podem oferecer ao sistema internacional. "Os bancos centrais agem como emprestadores de última instância para os bancos comerciais, provendo proteção eficaz contra pânico bancários. Ao mesmo tempo, os governos dos países industrializados têm demonstrado sua disposição de ajudar a fornecer financiamento temporário aos países em desenvolvimento até que possam concretizar seus acordos com o FMI".

Embora o relatório considere pouco provável a eclosão de uma grave crise no sistema financeiro internacional, revela preocupações especiais em relação aos efeitos do ajustamento dos países em desenvolvimento sobre o comércio internacional. Como esses países terão de melhorar sua balança comercial para poder pagar os juros da dívida, boa parte desse esforço se concentrará na redução das importações, com resultados negativos para o seu crescimento e para os salários reais de sua população. "Isto também comprimirá a demanda de produtos dos países industrializados, particularmente dos Estados Unidos, que mantêm relações comerciais especialmente íntimas com alguns dos maiores devedores latino-americanos", afirma.

Com isso, a balança comercial dos Estados Unidos, já altamente deficitária, perderá mais uns 10 a 20 bilhões de dólares e o Produto Nacional Bruto norte-americano cairá meio ponto percentual ou mais em relação ao nível que poderia atingir, não fosse o ajustamento a que esses países em desenvolvimento se obrigam por força das circunstâncias.

O relatório também examina os fatores que conduziram à situação atual e observa que as dificuldades foram geradas tanto por erros da política interna desses países como por elementos externos, entre os quais menciona os aumentos do preço do petróleo, a recessão nos países industrializados e as altas taxas de juros reais. A situação se agravou a partir de meados do ano passado, quando os bancos reduziram drasticamente seus empréstimos.

Sucesso

Diz o relatório também que, até recentemente, o crescimento de países como o Brasil, Coréia do Sul e Formosa era visto como uma das grandes histórias de sucesso da década de 70. Embora o aumen-

to de suas exportações de manufaturados tivesse causado problemas de ajustamento nos países industrializados, o êxito de alguns países de renda média "era, indubitavelmente, um fenômeno altamente favorável para os Estados Unidos. Tal êxito constituía uma demonstração dramática para outros países do potencial das políticas econômicas orientadas pelo mercado".

Esse crescimento, entretanto, foi financiado em grande parte por volumosos empréstimos externos, o que em si mesmo, diz o relatório, não tem nada de errado. Alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos, dependeram pesadamente de recursos externos no início de sua industrialização.

Mas algumas nações em desenvolvimento endividaram-se excessivamente, investindo em projetos de duvidosa produtividade. Quando expectativas extremamente otimistas sobre as receitas de exportação e as taxas de juros se revelaram incorretas, esses países se encontraram em séria dificuldade financeira — diz o relatório enviado ao Congresso pelo presidente dos Estados Unidos.

De 1973 a 1981, a dívida externa a médio e longo prazo dos países em desenvolvimento aumentou em ritmo anual superior a 20%. Os credores poderiam ter encarado o fenômeno com maior preocupação não fossem diversos fatores atenuantes. Por exemplo, as exportações dos países em desenvolvimento não-petrolíferos cresciam 18% ao ano, facilitando o serviço da dívida.

Juros baixos

As taxas de juros reais eram muito baixas. De 1973 a 1979, a taxa média do eurodólar em Londres foi de 8,5% ao ano, enquanto os preços no atacado nos Estados Unidos cresciam em média 9,8% ao ano. Mesmo considerando-se o spread (taxa de risco paga pelos países em desenvolvimento), a taxa de juros real era negativa.

Além disso, outros fatores pareciam garantir um aumento das receitas de exportação desses países e o mais importante era a reserva petrolífera de alguns deles.

Mas a deterioração da economia internacional encerrou a era do crescimento financiado pela dívida. O segundo choque petrolífero, ocorrido em 1979, foi um duro golpe, seguido pela desinflação nos Estados Unidos e em outros países industrializados. As exportações das nações em desenvolvimento não-petrolíferas caíram 7,5% da primeira metade de 1981 à primeira metade de 1982. Os preços reais das commodities diminuíram 25% do último trimestre de 1980 ao segundo trimestre de 1982.

Em 1981 e na primeira metade de 1982, as taxas de juros do Euromercado atingiram em média 16%, enquanto os preços por atacado nos Estados Unidos cresceram numa taxa anual de apenas 4,5%, registra o documento. Além disso, como a dívida internacional em geral é baseada no dólar e os preços das commodities tendem a seguir a média ponderada das moedas dos países industrializados, o efeito da valorização do dólar nos mercados internacionais foi a súbita elevação da dívida externa do Terceiro Mundo em relação à sua receita de exportações.

E vista disso, os credores perderam a confiança no mercado e relutaram em realizar novos empréstimos ou refinarciar (roll-over) as parcelas da dívida que venciam, o que exauriu as reservas internacionais dos grandes devedores.